

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATUALIZAÇÕES EM 27.08.2019:

1. Saúde da Família - Farmácia – Itens 11 ao 15 do Programa e 5, 6, 10, 13, 20, 26 e 38 ao 51 das Referências Bibliográficas.
2. Saúde da Família – Odontologia – Item 6 do Programa.
3. Saúde da Família – Enfermagem – Itens 48 ao 53 das Referências Bibliográficas.

CONTEÚDO GERAL

1. ATENÇÃO HOSPITALAR
2. SAÚDE DA FAMÍLIA
3. CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

PROGRAMA

1. O Sistema Único de Saúde.
2. História das políticas de saúde no Brasil.
3. Determinantes sociais na saúde.
4. Promoção da saúde e prevenção de doenças.
5. Atenção primária à saúde e Estratégia saúde da família.
6. A gestão da atenção na saúde.
7. Gestão do SUS: descentralização, regionalização e participação social.
8. Avaliação em saúde.
9. Medicalização da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde nº 8.080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990.
2. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde nº 8.142. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990.
3. NORONHA, J.C.; LIMA, L.D.; MACHADO, C.V. O Sistema Único de Saúde – SUS. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 365-393.
4. ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L.A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 279-321.
5. ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 323-363.
6. CARVALHO, A.I.; BUSS, P.M. Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 121-142.
7. SOARES, L.T. Políticas sociais na América Latina. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 803-821.
8. WESTPHAL, M.F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs.). 2.ed. rev. e amt. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 681-717.
9. ANDRADE, L.O.M.; BUENO, I.C.H.C.; BEZERRA, R.C.; SILVA, R.M. Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família. In: CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs.). 2.ed. rev. e amt. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 845-902.
10. CARVALHO, S.R.; CUNHA, G.T. A gestão da atenção na saúde: elementos para se pensar a mudança da organização na saúde. In: CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs.). 2.ed. rev. e amt. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 903-934.
11. SOUZA, L.E.P.F.; VIANA, A.L.d'A. Gestão do SUS: descentralização, regionalização e participação social. In: PAIM, J.S.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Saúde coletiva – teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014, p. 261-269.
12. SERAPIOI, M.; LOPES, C.M.N.; SILVA, M.G.C. Avaliação em saúde. In: ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Epidemiologia e saúde. 7.ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013, p. 533-557.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

13. DONNANGELO, M.C.F. Medicina na sociedade de classes. In: _____. Saúde e sociedade. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2011. Cap. 2, p. 47-97.

ATENÇÃO HOSPITALAR – ENFERMAGEM

PROGRAMA

1. Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
2. Assistência de enfermagem ao paciente clínico-cirúrgico.
3. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico.
4. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência.
5. Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso.
6. Assistência à saúde do adolescente, criança, recém-nascido, mulher e homem.
7. Assistência à saúde mental.
8. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.
9. Prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
10. Prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.
11. Saúde do trabalhador.
12. Segurança do paciente.
13. Sistematização da assistência em enfermagem.
14. Tecnologias e assistência de enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques da American Heart Association 2015**. Atualização das Diretrizes de RCP e ACE. [Internet]. Disponível: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Cuidados gerais. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos. Vol. 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v3.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. [Internet]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. [Internet]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes_2ed.pdf
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição de risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais**. 2017. [Internet]. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2017/Relatorio_PCDT_ProfilaxiaPosExposicaoRiscoInfeccao_HIV_IST_HepatitesVirais_CP.pdf
7. BOTEGA, NJ. (Org.). **Prática psiquiátrica no hospital geral**: interconsultas e emergências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
8. BRUNNER & SUDDARTH. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. [Revisão técnica Sonia Regina de Souza; tradução Patricia Lydie Voeux] 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
9. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN Nº 564/2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html
10. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. **Uso seguro de medicamentos**: guia para preparo, administração e monitoramento / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. – São Paulo: COREN-SP, 2017. [Internet]. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>
11. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN Nº 569/2018. Aprova o Regulamento Técnico da Atuação dos Profissionais de Enfermagem em Quimioterapia Antineoplásica**. [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-569-2018_60766.html
12. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. **Processo de enfermagem**: guia para a prática / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Alba Lúcia B.L. de Barros... [et al.] – São Paulo: COREN-SP, 2015. [Internet]. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/SAE-web.pdf>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

13. FREITAS E.V.; PY L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
14. GRAEF, J.W.; WOLFSDORF, J.I.; GREENES, D.S. **Manual de terapêutica pediátrica**. [tradução de Lúcia Campos Pellanda ... et al]. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
15. MEDICINA INTERNA DE HARRISON. [Kasper ... et al]. [Tradução Ademar Valadares et al.]. 19. ed. 2 Vol. Porto Alegre: AMGH, 2017.
16. HERDMAN, H.T.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. [tradução de Regina Machado Garcez]. 11. ed. Porto Alegre: Artmed; 2016.
17. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Manual de biossegurança**. Belo Horizonte: IPSEMG, 2018.
18. OGUISSO T., SCHIMIDT M.J. **O exercício da enfermagem**. Uma abordagem ético-legal. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
19. ORSHAN, S.A. **Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos**. O cuidado ao longo da vida. [tradução de Ana Thorell, Celeste Inthy, Regina Machado Garces]. Porto Alegre: Artmed, 2010.
20. POTTER, P. A. et al. **Fundamentos de enfermagem**. [tradução de Adilson Dias Salles, Andrea Adelcorso]. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
21. REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE. **Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. [Internet]. Disponível em: https://www.rebraensp.com.br/images/publicacoes/manual_seguranca_paciente.pdf
22. **ROCHA, R.M.**; MARTINS, W.A. [editores]. **Manual de prevenção cardiovascular**. 1. ed. São Paulo: Planmark; SOCERJ – Sociedade de cardiologia do Estado Rio de Janeiro, 2017. [Internet]. Disponível em: https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual_de_Prevencao_Cardiovascular_SOCERJ.pdf

ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA

PROGRAMA

1. Política de medicamentos no Brasil. Saúde baseada em evidências.
2. Farmacocinética, Farmacodinâmica e Equivalência Terapêutica.
3. Ciclo de Assistência Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar.
4. Farmacoterapia para o tratamento de problemas de saúde ligados as Doenças Infeciosas, HIV-AIDS, Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus, Asma, DPOC, Hepatopatias e Nefropatias em pediatria, adulto, idoso e gestantes.
5. Tratamento de náuseas e vômitos em pacientes com câncer.
6. Manejo da neutropenia febril em pacientes com câncer.
7. Segurança no uso de medicamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Legislações brasileiras aplicáveis à farmácia hospitalar, medicamentos, produtos para a saúde e a pesquisa clínica.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-criancas-e> >
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos> >
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2016/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-hepatite-b-e-coinfeccoes> >
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância,

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-hepatite-c-e-coinfecoes> >
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. 2013. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>>.
 7. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma - 2012. Jornal Brasileiro de Pneumologia. 2012. Nov 1;32 (Suplemento 1):S1-S46. Disponível em: <http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_suplemento.asp?id=88>.
 8. DIEHL, E.E., SANTOS, R.I., SCAEFER, S.C. (Org.). Assistência farmacêutica no Brasil: política, gestão e clínica. Volume IV: Logística de medicamentos. Editora UFSC, 2016.
 9. FERNANDES, FLA; CUKIER, A; CAMELIER, AA; FRITSCHER, CC; COSTA, CH et al. Recomendações para o tratamento farmacológico da DPOC: perguntas e respostas. J Bras Pneumol. 2017; 43 (4): 290-301.
 10. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. ROILA, F. et al, MASCC and ESMO Consensus Guidelines for the Prevention of Chemotherapy and Radiotherapy - Induced Nausea and Vomiting: ESMO Clinical Practice Guidelines. Annals of Oncology, 27 (5), v119-v133 , 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/MASCC-and-ESMO-Consensus-Guidelines-for-the-Prevention-of-Chemotherapy-and-Radiotherapy-Induced-Nausea-and-Vomiting>>.
 11. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. KLASTERSKY, J, et al. Management of Febrile Neutropaenia: ESMO Clinical Practice Guidelines. Annals of Oncology, 27 (5), v111-v118, 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/Management-of-Febrile-Neutropaenia>>.
 12. FUCHS, FD. Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional. Grupo Gen - Guanabara Koogan, 5ª Ed. 2017.
 13. GILBERT, DN. Guia Sanford Para Terapia Antimicrobiana 2017. Grupo Gen - Guanabara Koogan, 47ª Ed. 2017.
 14. GOMES, MJVM; REIS, AMM. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
 15. HANSHKOV, V. Pesquisa clínica no Brasil e responsabilidade ética: Um estudo das normas à luz da Bioética - Biodireito - Âmbito Jurídico.
 16. HALL, JE. Doenças Renais e Diuréticos. In: HALL, JE. **Guyton & Hall: Tratado de Fisiologia Médica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. cap. 31, p. 419-433
 17. HIGGINS, JPT; GREEN S (editores). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* Version 5.1.0 [updated March 2011]. The Cochrane Collaboration, 2011. Disponível em: <<http://handbook.cochrane.org>>.
 18. MARGONATO, FB. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. Infarma: Ciências Farmacêuticas, v.18, n 3/4, 2006. Disponível em: <<http://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/259>>.
 19. NAVARI, RM. 5-HT3 receptors as important mediators of nausea and vomiting due to chemotherapy. 2015. Biochimica et Biophysica Acta (BBA) - Biomembranes, v. 1848, n. 10, parte B, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0005273615000991>>.
 20. NISHIOKA, SA; GUIMARÃES DE SÁ, PF. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a pesquisa clínica no Brasil. Revista da Associação Médica Brasileira. v. 52, n. 1, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302006000100025>.
 21. SIMÃO, AF; PRÉCOMA, DB; ANDRADE, JP; CORREA FILHO, H; SARAIVA, JFK; OLIVEIRA GMM et al. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2013; 101 (6 Supl. 2): 1-63. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Prevencao_Cardiovascular.asp>.
 22. MALACHIAS, MVB; SOUZA, WKS; PLAVNIK, FL; RODRIGUES, CIS; BRANDÃO, AA; NEVES, MFT; et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arq Bras Cardiol 2016; 107 (3 Supl. 3): 1-83. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.asp>.
 23. FALUDI, AA; IZAR, MCO; SARAIVA, JFK; CHACRA, APM; BIANCO, HT; AFIUNE NETO, A et al. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. Arq Bras Cardiol 2017; 109 (2 Supl. 1): 1-7. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS.asp>.
 24. NOBRE, F; MION, JR. D; GOMES, MAM; BARBOSA, ECD; RODRIGUES, CIS; NEVES, MFT et al. 6ª Diretrizes de Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial e 4ª Diretrizes de Monitorização Residencial da Pressão Arterial. Arq Bras Cardiol 2018; 110 (5 Supl. 1): 1-29. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2018/01_diretriz-mapa-e-mrpa.asp>.
 25. SOARES, L., FARIAS, M.R., LEITE, S.N., CAMPESE, M., M. MANZINI, F. (Org.). Assistência farmacêutica no Brasil: política, gestão clínica. Volume V: Atuação clínica do farmacêutico. Editora UFSC, 2016.
 26. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Posicionamento Oficial Sociedade Brasileira de Diabetes nº 01/2017: Recomendações sobre o tratamento injetável do diabetes: insulinas e incretinas. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/posicionamento-oficial-sbd-01-2017.pdf>>.
 27. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Posicionamento Oficial Sociedade Brasileira de Diabetes nº 01/2019: Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 2: Algoritmo SBD 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd_dm2_2019_2.pdf>.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

28. STORPIRTIS, S. et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Ed. Guanabara Koogan, 2008.
29. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care. 2016. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/252274/1/9789241511643-eng.pdf?ua=1&ua=1>>.
30. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Without Harm: Global Patient Safety Challenge. 2017. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255263/WHO-HIS-SDS-2017.6-eng.pdf;jsessionid=9F8FB0C9D7CCB2B272B3B2F263887E29?sequence=1>>.
31. INSTITUTE FOR SAFE MEDICATION PRACTICES CANADA. Deprescribing: Managing Medications to Reduce Polypharmacy. ISMP Canada Safety Bulletin, v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.ismp-canada.org/download/safetyBulletins/2018/ISMPCSB2018-03-Deprescribing.pdf>>.
32. SCOTT, IA; HILMER, SN; REEVE E; et al. Reducing Inappropriate Polypharmacy: The Process of Deprescribing. JAMA Internal Medicine, v. 175, n. 5, 2015. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jamainternalmedicine/fullarticle/2204035> ou <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25798731>>.
33. GARFINKEL, D; ILHAN, B; BAHAT, G. Routine deprescribing of chronic medications to combat polypharmacy. Therapeutic Advances in Drug Safety, v. 6, n. 6, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4667766/pdf/10.1177_2042098615613984.pdf >.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA BIOQUÍMICA

PROGRAMA

1. Legislação aplicada a laboratórios de análise clínicas.
2. Aspectos clínicos e Laboratoriais dos seguintes temas: Hematologia, Bacteriologia, Virologia, Parasitologia, Micologia, Bioquímica, Sorologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BURTIS, C.A.; Ashwood, E.R.; Bruns, D.E. Tietz Textbook of Clinical Chemistry. 4ª ed.; Saunders. 2006.
2. GREER J.P.; FOERSTER, J.; Lukens, J.N. Wintrobe's. Clinical Hematology, 11ª ed. Lippincott Williams e Wilkins. Publishers 2003.
3. PRINCÍPIOS DE BIOQUÍMICA - Lehninger, Sarvier - 4ª – 2006.
4. BIOQUÍMICA - Stryer, Guanabara - 5ª – 2004
5. NEVES, P. D. Parasitologia Humana. 9ª ed. São Paulo: Atheneu, 1995.
6. MURRAY, P. R. et al. Manual of Clinical Microbiology. ASM Press Washington, DC., 9 ed v.1 e 2, 2007.
7. NEAL NATHANSON. Viral Patogenesis. Editora Lippincott-Haven. Philadelphia, New York. Última edição
8. SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. VIROLOGIA HUMANA. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Guanabara-Koogann, 2015, 606 p.
9. **Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
10. **Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
11. Flow Cytometry in Hematopathology- A Visual Approach to Data Analysis and Interpretation. Doyen Nguyen, MD, Lawrence W. Diamond, MD, Raul C. Braylan, MD - HUMANA PRESS 2003.
12. Handbook of hematologic Pathology. Harold R. Schumacher, William Rock Jr, Sanford Stass. Marcel Decker (ed) USA 2000.
13. BAIN, B. J. Blood cells. A practical guide. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.
14. BAIN, B. J.; GUPTA, R. A – Z of Haematology. 1. ed. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003.
15. BROWN, B. A. HEMATOLOGY: Principles and Procedures. 6. ed., Malvern: Lea & Febiger, 1993.
16. GREER, J.P., BITHELI, T.C., FOERSTERS, J., LUKENS, J.N., RODGERS, G.M., PARASKEVAS, F., GLADER, B. Wintrobe's – Clinical Hematology. Lippincott Williams & Wilkins. 11. ed. 2004.
17. HENRY, J. B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais. 19. ed. São Paulo: Manole, 1999.
18. HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E., MOSS, P.A.H. Fundamentos em Hematologia. 4. ed. Artmed, Porto Alegre, 2004.
19. HOFFMAN, R. et al. Hematology: Basic Principles and Practice. 5. ed., Philadelphia: Elsevier, Churchill, Livingstone, 2008.
20. LEWIS, S. M.; BAIN, B. J.; BATES, I. Dacie and Lewis Practical Haematology. 10. ed., Philadelphia: Churchill Livingstone Elsevier, 2006.
21. LICHTMAN, M. A.; BEUTLER, E. et al. Williams – Hematology. 7. ed., Nova York: McGraw-Hill Companies, 2007.
22. NAOUN, P.C. Hemoglobinopatias e Talassemias. São Paulo, Sarvier, 1997.
23. NAOUN, P.C. Diagnóstico das Hemoglobinopatias. São Paulo, Sarvier, 1987.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

24. OLIVEIRA, R. A. G. Hemograma: como fazer e interpretar. 1. ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista LTDA., 2007.
25. SILVA, P. H.; HASHIMOTO, Y. Interpretação laboratorial do eritrograma. 1. ed., São Paulo: Lovise, 1999.
26. SILVA, P. H.; HASHIMOTO, Y. Interpretação laboratorial do leucograma. 1. ed. Robe Editorial, 2003
27. SILVA, P.H. & HASHIMOTO, Y. Coagulação: visão laboratorial da hemostasia primária e secundária. Revinter, Rio de Janeiro, 2006.
28. ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia fundamentos e prática. São Paulo: Atheneu, 2001.
29. SIDRIN, J.C. Fundamentos Clínicos e Laboratoriais. 2. ed. Guanabara Koogan. 2008.
30. Manual de Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica para o controle de Infecção Hospitalar, Ministério da Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
31. WINN JR, W et al. Koneman's Color Atlas and Text Book of Diagnóstico Microbiology. LWW Press, 6. ed, Philadelphia, 2006.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FISIOTERAPIA

PROGRAMA

1. Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade.
2. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas unidades de internamento da neurologia, infectologia, ortopedia, neurocirurgia, clínica cirúrgica e clínica médica.
3. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em clínica pediátrica, cirurgia pediátrica, unidade de terapia intensiva neonatal e pediátrica, infectopediatria e emergência pediátrica.
4. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em unidade de terapia intensiva adulto, clínica e cirúrgica, e centro de terapia semi-intensiva adulto.
5. Modalidades de ventilação mecânica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTILHO-WEINERT, L.V.; FORTI-BELLANI, C.D. **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba: Omnipax, 2011 (on line).
2. DIRETRIZES BRASILEIRAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, AMIB, 2013.
3. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
4. GREVE, J.M.D. **Tratado de medicina de reabilitação**. São Paulo: Roca, 2007.
5. GUCCIONE, A. A. **Fisioterapia geriátrica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
6. ISRAEL, V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: IBPEX, 2010.
7. KISNER C, COLBY LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
8. MACHADO. M.G.R. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
9. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 5ªed. São Paulo: Manole, 2010.
10. MOURA de, E. W; LIMA, E; BORGES, D; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação**. 2ªed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
11. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)**-São Paulo: Editora da USP, 2003.
12. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso**. São Paulo: Manole, 2004.
13. SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 3ed. Barueri: Manole, 2010.
14. SARMENTO, G.J.V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.

ATENÇÃO HOSPITALAR – NUTRIÇÃO

PROGRAMA

Nutrição: Digestão e Absorção de Nutrientes, Diagnóstico e Avaliação Nutricional; terapia nutricional em: Hipertensão Arterial Sistêmica; Dislipidemia; Doença Arterial Coronária Crônica; Insuficiência Cardíaca; Obesidade e Síndrome Metabólica; Diabetes Mellitus; Distúrbios Motores do Esôfago; Doença do Refluxo Gastro-Esofageano; tratamento das Doenças do Estômago; Pancreatite; Diarreias; Doença Celíaca; Doenças inflamatórias intestinais; Constipação Intestinal; Síndrome do Intestino Irritável; Doença Divertículo dos Cólon; Distúrbios Gastrointestinais no Idoso; Doenças Hepáticas; Anemias; Doença Cérebro Vascular; Doenças Renais; Cirurgias do Sistema Digestivo; Cuidados Nutricionais no Câncer e Transplante de Medula Óssea; Cuidados

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nutricionais nas doenças infectocontagiosas; erros inatos do metabolismo, alergias e intolerâncias alimentares e assistência nutricional em condições psiquiátricas, Terapia Nutricional Enteral e Parenteral, Terapia Nutricional no paciente crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. / Instituto Nacional de Câncer. 2º Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2015
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. Volume II / Instituto Nacional de Câncer. 2º Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2016
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2014
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>
5. FIDELIX MSP Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição. Associação Brasileira de Nutrição, 2014 disponível em: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1265>
6. MAHAN, L.K. Escott-Stump, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
7. SHILLS M. SHIKE, M, ROSS A. C. et al. Nutrição moderna na saúde e na doença. 12 ed. Barueri: Manole, 2009.
8. Sociedade Brasileira de Cardiologia ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ BRASILEIRA DE DISLIPIDEMIAS E PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE – 2017 Volume 109, Nº 2, Supl. 1, Agosto 2017. file:///C:/Users/NUTRICA0/Downloads/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS%202017.pdf
9. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA VII Diretriz Brasileira de Hipertensão, Arq Bras Cardiol. 2016;107(n. 7 supl.3)http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf
10. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2013;100(1supl.3).http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp
11. SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL. Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. BRASPEN J. 2018; 33 (Supl 1): 2-36. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/a8daef_179b767616c245feb24db9e1e7cfbc69.pdf?dn=Diten+2018+completo.pdf

ATENÇÃO HOSPITALAR – ODONTOLOGIA

PROGRAMA

1. Estomatologia.
2. Manifestações bucais de doenças sistêmicas.
3. Manejo odontológico do paciente oncológico.
4. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas.
5. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica.
6. Câncer Bucal e da região de cabeça e pescoço.
7. Neoplasias hematológicas.
8. Falência medular.
9. Exame hematológicos.
10. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, Protocolos de referência e contrarreferência em saúde bucal, Telessaúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, 8ª.ed., Santos Editora, 2013.
2. LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
3. MARCUCCI G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
4. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª.ed., Elsevier/Medicina Nancional, Rio de Janeiro, 2009.

ATENÇÃO HOSPITALAR – PSICOLOGIA

PROGRAMA

1. Psicologia Hospitalar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2. Psicanálise.
3. Ética Profissional.
4. Pesquisa em Psicologia.
5. Saúde Mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBERTI, S. O adolescente e o outro. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 2010
2. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, n. 112, p. 59-62.
3. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016. Seção 1.
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
5. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Manual de Psicologia Hospitalar. Cadernos de Psicologia Hospitalar CRP 08. Coletânea Coleção Psi - Série Técnica – CRP08. Disponível em: [crpr.org.br/cadernos-tematicos/](http://www.crp.org.br/cadernos-tematicos/)
6. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução CRP nº 005/2007. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Disponível em: http://www.portal.crpr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao_crp_2007_005.pdf.
7. FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: Obras Completas. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987. Capítulos 1, 2 e 3.
8. FREUD, S. Análise de uma fobia de uma criança de cinco anos. Vol. X. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
9. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. Obras completas. Vol. XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. Introdução ao narcisismo. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. Luto e Melancolia. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. O caminho da formação dos sintomas. Conferência XXIII. In: Obras completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. O inconsciente. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. In: Obras Completas. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
19. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
20. FREUD, S. Tratamento psíquico (ou mental). In: Obras completas. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
21. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de atenção básica. Número 34. Saúde mental. Parte I, capítulo 1 e 2; parte III, capítulo 6. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf
22. MORETTO, M. L. T. e PRISZKULNIK, L. Sobre a inserção e o lugar do psicanalista na equipe de saúde. *Tempo psicanal.* [online]. 2014, vol.46, n.2 [citado 2018-08-15], pp. 287-298. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200007&lng=pt&nrm=iso. ISSN 2316-6576
23. MOURA, M.D. (organizadora). Psicanálise e Hospital – A criança e sua dor. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.
24. SADOCK, B. J. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica [recurso eletrônico] / Benjamin J. Sadock, Virginia A. Sadock, Pedro Ruiz; tradução: Marcelo de Abreu Almeida ... [et al.]; revisão técnica: Gustavo Schestatsky... [et al.] – 11. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017. Cap. 5, 8, 9 e 12.
25. SILVA, D.Q. A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. Estudos de Psicanálise | Belo Horizonte-MG | n. 39 | p. 37–46 | Julho/2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n39/n39a04.pdf>
26. TEIXEIRA, A. e CALDAS, H. Psicopatologia Lacaniana. Caps 1 e 2. Rio de Janeiro, Ed. Autêntica. 2017.
27. ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

ATENÇÃO HOSPITALAR – SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA

1. Código de Ética e a Lei de regulamentação da profissão.
2. Fundamentos do Serviço Social.
3. Serviço Social e Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4. O Trabalho do Assistente Social.
5. Os instrumentais técnico-operativos.
6. O Trabalho multiprofissional.
7. Política Social.
8. Política de Saúde: Sistema Único de Saúde – SUS.
9. Residência Multiprofissional em Serviço Social.
10. Gestão e Controle Social.
11. Violência contra a mulher, idoso, criança e adolescente.
12. Política Nacional sobre Drogas.
13. Estatuto da Criança e do Adolescente.
14. Estatuto do Idoso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.
2. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. Biblioteca Básica/ Serviço Social. SP: Cortez, 2011.
3. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >
4. _____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm >.
5. _____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8142.htm >.
6. _____. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm >.
7. _____. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm >
8. _____. Conselho Nacional sobre Drogas. Resolução n.03/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Aprova a Política Nacional sobre drogas. Disponível em: < http://obid.senad.gov.br/obid/biblioteca/legislacoes/1.0_PoliticaNacional sobre Drogas_Portugues.pdf >
9. _____. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18519/lei_maria_penha_5ed_2reimpr.pdf?sequence=29 >
10. BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Participação popular e controle social na saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde Estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p. 29-33). Disponível em: < http://www.adufjr.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf >.
11. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Resolução CFESS nº 594 de 21 de janeiro de 2011. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf >
12. _____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf >.
13. _____. CFESS (org.). O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2003.
14. CISLAGHI, Juliana Fiúza. Hospitais Universitários Federais e Novos Modelos de Gestão: faces da contrarreforma do Estado no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza Bravo & MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. (p.56-63). Disponível em: < http://www.adufjr.org.br/images/publicacoes_especiais/PDFs/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf >.
15. CORREA, Maria Valéria Costa. Controle Social na Saúde. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS/OPAS, 2006. Serviço social e práticas democráticas na saúde, 2007. (Parte I, . 1-29). Disponível em: < http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm >.
16. IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Revista Serviço Social e Sociedade. N.128. São Paulo: Cortez, jan/abr 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0013.pdf> >
17. MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. Serviço Social e Sociedade. [online]. 2011, n.107, p. 497-508.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

18. MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. *Serviço Social e Sociedade*. [on line], Set 2010, n.103, p. 476-502.
19. SILVA, Letícia Batista. Residência Multiprofissional em saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. *Revista Katalysis*. V.21. n.1. Florianópolis, jan/abr 2018. P. 200-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n1/1414-4980-rk-21-01-00200.pdf>
20. SODRÉ, Francis. O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 117. São Paulo: Cortez, jan/maio 2014. P.69-83. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/05.pdf> >
21. VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <
http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm >.

ATENÇÃO HOSPITALAR – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. O adolescente, o adulto e idoso, sua família e a hospitalização.
2. As transformações do cotidiano e reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização.
3. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente.
4. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares.
5. Morte, Luto e Perdas.
6. Cuidados Paliativos.
7. A Atuação do Terapeuta Ocupacional em Contexto Hospitalar nas Condições Clínicas Predominantes nas Áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Hematologia, Infectologia, Neurologia, Oncologia e Saúde da Mulher, Interconsulta de Terapia Ocupacional.
8. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional.
9. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
10. Modelos e Abordagens da Terapia Ocupacional.
11. Métodos e Técnicas de Avaliação.
12. Atividades e Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional.
13. Ética e Regulamentação Profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.^a ed. *Occupational therapy practice framework: Domain and process- (3rd ed.)*. Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui;.(versão original: *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). Rev Ter Ocup USP [Internet]. 2015, jan.-abr; 26(ed. esp.):1-49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>>.
2. BERNARDO, L. D.; RAYMUNDO, T.M. (orgs). *Terapia Ocupacional e Gerontologia*. Curitiba: Appris, 2018. Cap. 6 ao 35
3. CREPEAU, E. B, Cohn, E. S., Schell, B. A. B. (edit.); [revisão técnica Eliane Ferreira; tradução Antonio Francisco Dieb Paulo... [et al.]]. Willard & Spackman *Terapia Ocupacional*. 11.ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, Cap. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, Unidade XV.
4. BOTEGA, N.J. (Org.). *Prática psiquiátrica no hospital geral: Inter consulta e emergência*. 3 eds. Porto Alegre: Artmed, 2012, cap. 3,4,16, 17,18,19,20,21,22,23,27,29,30,32,36,37,39,
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS*. Brasília: Ministério da saúde, 2004 (Série B. Textos Básicos de Saúde) [acesso em 27 jul 2015]; disponível em: < http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Humanizasus_2004.pdf >.
6. CAVALCANTI, A.; Galvão, C., organizadoras. *Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, cap. 5,6, 9,10, 12, 39, 43, 44, 45,46, 47, 48, 51, 55, 56.
7. DE CARLO, M. M. R. P.; Bartalotti, C. C. *Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas*. 3. ed, São Paulo: Plexus, 2001.
8. DE CARLO, M. M. R. P.; Luzo, M. C. M. *Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares*. São Paulo: Roca, 2004, cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
9. DE CARLO, Marísyá & KUDO, Aide (orgs). **Terapia Ocupacional em contextos hospitalares e cuidados paliativos**. São Paulo:EDitora Payá. 2018

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10. DE CARLO, M. M. R. P.; Queiroz, M. E. G. Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.
11. HAGEDORN, R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. Tradução por Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007, cap. 2, 11, 13, 14,
12. HAGEDORN, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. Trad. José Batista. rev. técnica Selma Lacman. São Paulo: Dynamis Editorial, 1999.

SAÚDE DA FAMÍLIA – ENFERMAGEM (ATUALIZADO EM 27.08.2019)

PROGRAMA

1. Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
2. Atenção à Saúde da Mulher.
3. Atenção à Saúde do Adulto.
4. Atenção à Saúde do Idoso.
5. Atenção em Saúde Mental.
6. Ética e Bioética aplicada à Enfermagem.
7. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
8. Normas e Práticas de Biossegurança.
9. Segurança do paciente. Procedimentos de Enfermagem.
10. Intervenções Básicas em Urgência e Emergências.
11. Processo de Enfermagem.
12. Vigilâncias em Saúde (Epidemiológica, Sanitária, Ambiental, Saúde do Trabalhador).
13. Processo de Trabalho na Atenção Básica.
14. Programa Nacional de Imunização e Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
15. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
16. Gerenciamento de Enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf
2. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 2. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf
3. BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10741/03 | Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – Saúde da Mulher. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%2013_04_16.pdf
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta da Gestante 3ª edição Brasília – DF 2016 Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, nº 39). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf18
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. 10 de 19 ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://www5.enp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.: il. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3oIntegral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática– Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf
29. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politicanacional>
30. BRASIL. RESOLUÇÃO - RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html
31. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Como+posso+contribuir%20+para+aumentar+a+seguran%C3%A7a+d+o+paciente/52efbd76-b692-4b0e-8b70-6567e532a716>
32. Calendário Nacional de Vacinação 2019 Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/geral/calendario_vacinacao_2019.pdf
33. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - DECRETO N 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html
34. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, 1986. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html
35. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html
36. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 554/2017. Estabelece os critérios norteadores das práticas de uso e de comportamento dos profissionais de enfermagem, nos meios de comunicação de massa: na mídia impressa, em peças publicitárias, de mobiliário urbano e nas mídias sociais. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no05542017_53838.html
37. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN-564/2017, aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html
38. Conselho Federal de Medicina. Suicídio: informando para prevenir. Brasília, 2014 Disponível em: http://www.flip3d.com.br/web/temp_site/edicao-0e4a2c65bdadd66a53422d93daebe68.pdf
39. 7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf
40. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo: Editora Clannad, 2017
41. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. ~~44 de 49~~
42. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (INCA). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf
43. KURCGANT, Paulina (coord.) et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed. 2016.
44. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [citado 2012 jun 17]. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf
45. OGUSSO, T; SCHMIT, M. J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2011
46. POTTER, P.A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
47. WILKINSON, J.M; LEUVEN, K. Fundamentos de Enfermagem. São Paulo. Editora Rocca, 2010.
48. Brasil, Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. Volume 50 | Nº 17 | Ago. 2019.
49. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017.
50. Feldmann, J; Goldwasser G.P. Eletrocardiograma: recomendações para sua interpretação. Revista da SOCERJ. Rio de Janeiro, 2004 Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2004_04/a2004_v17_n04_art03.pdf.
51. Organização Mundial da Saúde/ Organização Pan-Americana da Saúde. Descontaminação e reprocessamento de produtos para saúde em instituições de assistência à saúde. 2016. ISBN 978 92 4 154985 1.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

52. Organização Mundial da Saúde. Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde; tradução de Marcela Sánchez Nilo e Irma Angélica Durán – Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009.211 p.: il. ISBN 978-85-87943-97-2.
53. Prehospital Trauma Life Support (PHTLS) atendimento pré-hospitalar ao traumatizado, 9ª edição. NAEMT & ACS. 2018, Editora Elsevier.

SAÚDE DA FAMÍLIA – FARMÁCIA (ATUALIZADO EM 27.08.2019)

PROGRAMA

1. Assistência Farmacêutica.
2. Atenção farmacêutica.
3. Acompanhamento farmacoterapêutico.
4. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
5. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central e DSTs.
6. Cálculos farmacêuticos.
7. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
8. Farmacovigilância.
9. Farmacoeconomia.
10. Farmacoepidemiologia.
11. Legislação Sanitária.
12. Legislação Profissional.
13. Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
14. Política Nacional de Medicamentos.
15. Política Nacional de Atenção Primária à Saúde.
16. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
17. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, ML. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
2. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N; ALLEN, L.V.J. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
3. ANSEL, H. C., STOKLOSA, M.J. Cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. Epidemiologia básica. OMS 2006. 2 ed. São Paulo: Santos, 2010.
5. ~~BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 44 de 17 de agosto de 2009.~~ BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. *Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.* Diário Oficial da União. Brasília, DF, ago. 2009.
6. ~~BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 67, de 08 de outubro de 2007 e alterações.~~ BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007. *Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficiais para uso humano em farmácias.* Diário Oficial da União. Brasília, DF, out. 2007.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
8. BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, fev. 1999.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
10. ~~BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.~~
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, fev. 2016.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União. Brasília, DF, mai.1998.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ~~13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).~~
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas. Brasília, 2006.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- ~~20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, nº 25).~~
21. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. Preceptor's handbook for pharmacists. Bethesda: ASHP, 2009.
22. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília: ANVISA, 2010.
23. FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 3.ed. Brasília: ANVISA, 2011.
24. FERREIRA, AO. Guia prático da farmácia magistral. 3 ed. Volume 1. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
25. FONTES, O.L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M.V.; TEIXEIRA, M.Z.; KISHI, M.A.; AMORIM, V.O. Farmácia homeopática teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
- ~~26. FORMULÁRIO Nacional. 2 ed. Brasília: ANVISA, 2011.~~
27. GENNARO, A.R. Remington – a ciência e a prática da farmácia. 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
28. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. Goodman & Gilman As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11. ed. McGraw Hill, 2006.
29. IVAMA, AM; NOBLAT, L; CASTRO, MS; OLIVEIRA, NVBV; JARAMILLO, NM; RECH, N. Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília, 2002.
30. OLIVEIRA, A.B. Ensino e **assistência farmacêutica**: a função social e política do farmacêutico como agente de saúde de São Luís: EDUFMA, 1993.
31. OLIVEIRA, J.E.P; VENCIO, S. (Org.) Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo: AC Farmacêutica, 2016.
32. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A Importância Farmacovigilância: monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
33. POLACOW, M; MENEGASSO, PE; RIZZI, RCD. Serviços Farmacêuticos. Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde, Fascículo 3. CRF-SP; OPAS, 2010.
34. RANG, H.P. *et al.* Farmacologia. 6. ed. Elsevier, 2007.
35. SILVA, P. Farmacologia. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
36. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 7, n. 3, Setembro 2016.
37. UFSC. UNA-SUS. Gestão da Assistência Farmacêutica. Módulo 3 – Políticas de Saúde e Acesso ao Medicamento. 2011.
38. AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
39. BRASIL, Decreto nº 5.813 de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, jun. 2006.
40. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. Brasília, DF, set. 2017.
41. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 971 de 3 de maio de 2006. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.
42. BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, set. 1990.
43. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº. 3.916, de 30 de outubro de 1998. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, out. 1998.
44. BRASIL, Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 338, de 6 de maio de 2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, mai. 2004.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

45. BRASIL. Decreto no 85878, de 7 de abril de 1981. Estabelece normas para execução da Lei no 3820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, abr.1981.
46. BRASIL. Lei Federal nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Diário Oficial da União. Brasília, DF, ago. 2014.
47. BRASIL. Lei Federal nº 5.991 de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, dez. 1973.
48. BRASIL. Lei Federal nº 3820, de 11 de novembro de 1960. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, nov.1960.
49. BRASIL. Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, set. 1976.
50. BRASIL. Lei Federal nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, dez. 1990.
51. BRASIL. Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, jan. 1999.

SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

PROGRAMA

1. Saúde Única, políticas públicas voltadas à medicina veterinária e saúde ambiental, atuação do médico veterinário na Vigilância em Saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
2. Vigilância e prevenção das zoonoses de importância em saúde pública.
3. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
4. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
5. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
6. Vigilância sanitária de alimentos.
7. Microbiologia de alimentos.
8. Doenças transmitidas por alimentos.
9. Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos.
10. Segurança dos alimentos.
11. Boas práticas de fabricação.
12. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health: a new professional imperative**. 2008.
2. ANVISA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. 16 de setembro de 2004.
3. ANVISA. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. 23 de outubro de 2002b.
4. BLAHA, T. Epidemiologia especial veterinária. Zaragoza: Ed. Acribia,1995.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 4. Ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde: Funasa, 2015. 642 p.
6. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a política nacional de resíduos sólidos. **Diário Oficial da União**. 03 de agosto de 2010.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da diretoria colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. DOU nº 61, de 29 de março de 2018.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias**: Guia de bolso. 8. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasil. Ministério da Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria De Consolidação - PRC nº 5, de 28 de Setembro de 2017. Consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do SUS. Anexo XX, do controle e da vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade (origem PRT MS/GM 2914/2011). **Diário Oficial da União**. DOU nº 190, de 3 de outubro de 2017.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p.
15. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
16. BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 de outubro de 2011.
17. COSTA, E. A. (org.). **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
18. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
19. FRANCO, B. D. G. de M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.
20. OPAS. Instituto Pan Americano de Proteção de Alimentos (INPPAZ). Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). HACCP: Instrumento essencial para a inocuidade dos alimentos. 2003.
21. PARANÁ. RESOLUÇÃO SESA nº 374/2015. Dispõe sobre norma técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. **DOE nº 9546, de 30/09/15**.
22. PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Manual de rotulagem para alimentos embalados**. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL_ROTULAGEM_abri08.pdf
23. PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1995.
24. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em saúde**. 7. Ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
25. SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Guia de elaboração do Plano APPCC. Rio de Janeiro: SENAC/DN, 2001. 314 p. (Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Mesa. Convênio CNC/CNI/SEBRAE/ANVISA.
26. THRUSFIELD, M. Epidemiologia veterinária. Zaragoza: Ed. Acribia, 1990.
27. TOMA, B. et al. Epidemiologia aplicada à luta colectiva contra as principais doenças animais transmissíveis. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SAÚDE DA FAMÍLIA – NUTRIÇÃO

PROGRAMA

1. Nutrição - Saúde da Família.
2. Políticas, Programas e Ações Públicas de Alimentação e Nutrição.
3. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
4. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.
5. Diagnóstico nutricional individual e de coletividade.
6. Nutrição Materno Infantil.
7. Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.
8. Educação alimentar e nutricional.
9. Nutrição e Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEZERRA, José Arimatea Barros. Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cuidados em terapia nutricional / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN. Editora MS, Brasília-DF, 2013.
4. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5. BRASIL. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 25 ago.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Suplementação de Ferro : manual de condutas gerais / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 24 p.: il.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica nº. 23).
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde : Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 76 p. : il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
16. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança alimentar e Nutricional, 2012.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27)
18. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: MS; 2006.
19. BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp.163-177.
20. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSA 2016-2019. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.
21. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília, novembro de 2010.
22. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2004.
23. CONSELHO FEDERAL DO NUTRICIONISTA - CFN. Código de ética do nutricionista. RESOLUÇÃO CFN Nº 599, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018.
24. GEUS Laryssa Maria Mendes de; MACIEL Cíntia Sovek; BURDA Isabel Cristina Araújo; DAROS Sara Jedida; BATISTEL Sunáli; MARTINS, Thiciane Corina Antunes; FERREIRA Vanessa Aparecida; DITTERICH Rafael Gomes. A importância da inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. Ciênc. saúde coletiva vol.16 supl.1 2011.
25. RIGON, Sílvia do Amaral; Teresinha; BOGUS. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. Cad. Saúde Pública. 2016, vol.32, n.3.
26. TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A., VEGA, J.B. Nutrição em saúde pública. Rio de Janeiro: Rubio, 2017.
27. VITOLO, M. R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Educação em Saúde Bucal.
2. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
3. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
4. Modelos Assistenciais em Odontologia e Política Nacional de Saúde Bucal.
5. Epidemiologia em saúde bucal.
6. Princípios de ~~Cardiologia~~ **Cariologia**.
7. Estratégias de Intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
8. Uso de Fluoretos em Saúde Bucal.
9. Avaliação de Risco Social e Biológico para as Doenças Bucais.
10. Planejamento e Programação em Saúde Bucal.
11. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
12. Plano de Saúde de Piraquara: 2014-2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, JLF; PERES, MA. Fundamentos de Odontologia: Epidemiologia da Saúde Bucal. 2ª Ed. São Paulo: Santos, 2013. 738p.
2. ANTUNES L. S.; SORAGGI M. B. S.; ANTUNES L. A. A.; CORVINO M. P. F. Avaliação da percepção das crianças e conhecimento dos educadores frente à saúde bucal, dieta e higiene. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**. v. 6, n. 1, p. 79-85, jan./abr. 2006.
3. ARAÚJO, F. B. Promoção de saúde bucal em odontopediatria. In: KRIGER, L. (coord.). **Promoção de saúde bucal – Paradigma, Ciência e Humanização**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003, p. 287.
4. BARROSO, M. G. T.; VIEIRA, N. F. C.; VARELA, Z. M. V. Ensino de educação em saúde, interdisciplinaridade e políticas públicas. **RBPS**, v. 19, n. 3, p. 182-187, 2006.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção básica: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, no. 17).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, no. 24).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da política nacional de saúde bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal no Sistema Único de Saúde** [recurso eletrônico] – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 342 p. : il.
16. BUFFON, MCM. (Org.). Práticas Coletivas em Saúde Bucal. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
17. BUSATO, ALS; MALTZ, M. CARIOLOGIA. Série Abeno. Porto Alegre: Artes Medicas, 2014. 128p.
18. CARRER, Fernanda Campos de Almeida. **SUS e Saúde Bucal no Brasil: por um futuro com motivos para sorrir** / [Coord.] Fernanda Campos de Almeida Carrer, Gilberto Alfredo Pucca Junior, Maria Ercília de Araújo. [Org.] Dorival Pedroso da Silva, Mariana Gabriel, Mariana Lopes Galante. – São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, 2019. 167p. : il.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

19. GENIOLE LAI; KODJAOGLANIAN VL; LACERDA VR. Saúde bucal por ciclos de vida. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Fiocruz Unidade Cerrado Pantanal, 2011.191 p.
20. GOES, PSA. Gestão da Prática em Saúde Bucal. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
21. GÓES, PSA; MOYSÉS, SJ. Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde Bucal. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.
22. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
23. KRIGER, L. Promoção de saúde bucal: paradigma, ciência, humanização. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
24. MOYSES, SJ. Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica. Série Abeno. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013. 218p.
25. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. Linha guia de saúde bucal. Curitiba: SESA, 2014.
26. PEREIRA, AC. Saúde Coletiva: Métodos Preventivos para Doenças Bucais. Série Abeno. Porto Alegre: Artes Médicas. 2013. 128p.
27. PINTO, VG. Saúde Bucal Coletiva. 7ª Ed. São Paulo: Santos, 2019. 440 p.
28. PIRAQUARA. SECRETARIA DE SAÚDE DE PIRAQUARA. **Plano de Saúde: 2014-2017.** Disponível em: [http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/uploadAddress/PLANO_DE_SADE_-_finalizado_E_IMPRESSO\[7317\].pdf](http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/uploadAddress/PLANO_DE_SADE_-_finalizado_E_IMPRESSO[7317].pdf)
29. TORRES-PEREIRA, C. C. et al. Abordagem do câncer da boca: uma estratégia para os níveis primário e secundário de atenção em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. i, p. 30-39, 2012.

SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. Fundamentos Históricos, Filosóficos e Epistemológicos da Terapia Ocupacional.
2. Teorias, Estruturas de Referências e Abordagens em Terapia Ocupacional.
3. Processos de Mudança em Terapia Ocupacional.
4. Modelos de Terapia Ocupacional.
5. Análise de Ocupações, Atividade e Tarefas em Terapia Ocupacional.
6. Processo de Terapia Ocupacional.
7. Método do Arco de Charles Maguerez: um método para problematização em Terapia Ocupacional.
8. Abordagens Grupais em Terapia Ocupacional.
9. Atenção Básica à Saúde/Atenção Primária à Saúde.
10. Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB).
11. 11.Redes de Atenção à Saúde.
12. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Histórico, Práticas Integrativas e Legislação.
13. Plano de Saúde de Piraquara: 2014-2017.
14. 14.Legislação em Terapia Ocupacional.
15. Classificação Brasileira de Ocupações: Relatório da Família Ocupacional 2239 -Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas.
16. Formação Profissional e Pesquisa em Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª Edição. Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68(Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010.** Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).Disponível emhttp://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html , e seu Anexo Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.** Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_pic.php?conteudo=historico;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_pic.php?conteudo=praticas_integrativas; e
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=legislacoes/pnpics>
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. **Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).* Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
 5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
 6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
 7. CABRAL, L.R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>
 8. COLOMBO, A.A.; BERBEL, N.A. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arg_390_ametodologiadaproblematizacaocomoarcodemaguerez.pdf
 9. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO).** Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404
 10. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº 407 de 18 de agosto de 2011.** Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>
 11. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº425, de 08 de julho de 2013.** Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>
 12. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução Nº 445 de 26 de abril de 2014.** Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>
 13. CREPEAU, E.B.; COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. **WILLARD, Helen S. Terapia Ocupacional/ Willard & Spackaman.** Revisão Técnica Eliane Ferreira. Tradução Francisco Dieb Paulo... *et al.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, capítulos32, 36, 43 e 45.
 14. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional:** Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais. São Paulo: Roca, 2007, [Capítulos: 2,4,15, 23, 24, 25, 26 e 27].
 15. HAGEDORN, R. **Fundamentos para prática em Terapia Ocupacional.** Tradução [da 3. ed. original] Vagner Raso. São Paulo: Roca, 2003, [Capítulos 3, 5, 6, 7, 8 e 10].
 16. LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>
 17. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Relatório da Família Ocupacional 2239 Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas** [file:///C:/Users/lj0126/templateWord%20\(12\).pdf](file:///C:/Users/lj0126/templateWord%20(12).pdf)
 18. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Relatório Tabela de Atividades da Família Ocupacional 2239 Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas** [file:///C:/Users/lj0126/TabelaAtividade_2239%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/lj0126/TabelaAtividade_2239%20(7).pdf)
 19. PIRAQUARA. SECRETARIA DE SAÚDE DE PIRAQUARA. **Plano de Saúde: 2014-2017.** Disponível em: [http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/uploadAddress/PLANO_DE_SADE_-_finalizado_E_IMPRESSO\[7317\].pdf](http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/uploadAddress/PLANO_DE_SADE_-_finalizado_E_IMPRESSO[7317].pdf)
 20. SILVA, D. B. da. **A Terapia Ocupacional no Brasil na perspectiva sociológica.** Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador: José Miguel Rasia. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2017. [Capítulos 4 e 5]. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52791>.

RESIDÊNCIA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

PROGRAMA

1. Anatomia de cabeça e pescoço.
2. Anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço.
3. Propedêutica cirúrgica: pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4. Anestesiologia.
5. Terapêutica aplicada.
6. Radiologia: Exames intra-bucais; exames extra-bucais e métodos alternativos de avaliação do complexo Buco-Maxilo-Facial.
7. Cirurgias Buco Maxilo Facial: métodos e técnicas de biópsias; cirurgias reparadoras; cirurgias de dentes inclusos; cistos e tumores odontogênicos; reconstruções dos rebordos alveolares; seio maxilar e articulação temporomandibular.
8. Traumatologia Buco Maxilo Facial: princípios gerais e urgências em traumatologia buco maxilo facial; traumatismos alvéolo dentário; fraturas de mandíbula; fraturas do complexo zigomático orbitário; fraturas do terço médio da face; traumatismo craniano; fraturas do nariz; fraturas naso-etmóido-orbitárias.
9. Cirurgias ortognáticas.
10. Patologias.
11. Emergências médicas em Odontologia.
12. Noções de implantodontia e enxertias

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 3 Ed. Artes Médicas, 2014
2. ANDREASSEN, J.O & ANDREASSEN, F. S. Textbook and Color Atlas of Traumatic Injuries to the Teeth, 3 ed. Mosby, Copenhagen, 1994.
3. ARNETT, W.G., MCLAUGHLIN, R. P. Planejamento facial e dentário para ortodontistas e cirurgiões bucomaxilofaciais, São Paulo, Artes Médicas, 2004.
4. DRAKE, R. L.; VOGL, A.W. & MITCHEL, A.W.M. GRAY'S Anatomia para estudantes. 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
5. ELLIS III E., ZIDE M. F. Acesso cirúrgico ao esqueleto facial. 2 ed., Ed. Santos, 2006.
6. EPKER, B. N, STELLA, J. P, FISH, L. C. Dentofacial deformities-integrated orthodontic and surgical correction 2 ed . Mosby, St Louis. vol. 1, 1995. vol. 2, 1996. vol. 3, 1998. vol.4, 1999.
7. FONSECA, R.J. *et ali*. Oral and Maxillofacial Trauma. W.B. Saunders. Philadelphia, 1997.
8. FONSECA. R. J, BETTS, TURVEY, T. A. Oral and Maxillofacial Surgery. 2 ed., W.B. Saunders, Philadelphia, 2000.
9. FONSECA, R. J., *et ali*. Trauma Bucomaxilofacial, 4.ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2015
10. GIL, J. N., CLAUS J. Estética Facial: A Cirurgia Ortognática Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões. Editora Santos, São Paulo. 2009.
11. HAMMER, B. Fraturas orbitárias. Editora Santos. São Paulo. 2005.
12. HUPP, J. R *et alli*. Cirurgia Oral e Maxillofacial Contemporânea. 6 ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2015.
13. MALAMED, S. F. Manual de anestesia local. 5.ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.
14. MALAMED, S. F. Emergências Médicas em Odontologia. 7 ed. Elsevier. 2016
15. McMINN, R.M.H., HUTCHINGS, R. T., LOGAN, B.M. Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e Pescoço. Sao Paulo, 2 ed., Artes Medicas, 1998
16. MAZZONETTO, R., DUQUE NETO, H., NASCIMENTO, F.F. Enxertos ósseos em implantodontia. Editora Napoleão. Nova Odessa. 2012.
17. MEDEIROS, P. J. & MEDEIROS, P. P. Cirurgia Ortognática para o Ortodontista. 2ed. Editora Santos. São Paulo, 2004.
18. MILORO. M. et al. Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson, 3 ed., Editora Santos, 2016.
19. NEVILLE, BW, DAAMM D D, ALLEN C M A, BOUQUOT J E. Patologia Oral & Maxilofacial. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2008.
20. PREIN, J. Manual of Internal Fixation in the Cranio-Facial Skeleton. Springer, Berlin, 1998.
21. PROFFIT. W. R., WHITE JR, R. P., SARVER, D. M. Tratamento Contemporâneo de deformidades dentofaciais. Artmed Editora, Porto Alegre, 2005.
22. WALLACH - Interpretação de exames laboratoriais. Ed. Guanabara Koogan. Ed. 10. 2016.

RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPUS CURITIBA

PROGRAMA CONTEÚDO GERAL:

Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia Saúde da Família, Vigilâncias em Saúde, Políticas Públicas com interface com a medicina veterinária (interação humano animal e meio ambiente). Emergências em zoonoses, doenças infecciosas e parasitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acha PN, Szyfres B. Zoonosis y enfermedades Comunes al Hombre y a los Animales. OPAS/OMS, 2003.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2. Brasil. Ministério da Saúde. ABC do SUS Doutrinas e Princípios, 1990. O SUS de A a Z, 3a ed., 2009. Constituição Federal Brasileira, Leis Federais 5.517 (1968), 9.605 (1998), 8.080 (1990) e 8.142 (1990). BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
5. Brasil. Portaria no 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. 24 de outubro de 2011.
6. Campos GWS, Carvalho YM, Minayo CS, Akerman M, Drumond Junior M. Tratado de Saúde Coletiva. Ed. Hucitec. 2ª ed. 2012.
7. Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: Bases conceituais. 1a edição. São Paulo: Editora Atheneu. 2008.

PROGRAMA CONTEÚDO ESPECÍFICO:

1. **Anestesiologia:** Avaliação do paciente e medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local: equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, do paciente crítico e ressuscitação cardiopulmonar; dor e analgesia.
2. **Clínica cirúrgica de pequenos animais:** Profilaxia da infecção cirúrgica; técnicas cirúrgicas básicas, fios, suturas, bandagens, drenos, cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito urinário, do trato respiratório, sistema reprodutivo, choque e sepse, cirurgia em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão, fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastes bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações.
3. **Clínica médica de pequenos animais:** Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais.
4. **Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:** Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínico-cirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar.
5. **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:** Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacológica e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação.
6. **Diagnóstico por imagem:** Princípios de interpretação radiográfica (analógica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular, em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urinário, doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos.
7. **Odontologia veterinária:** Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica.
8. **Oftalmologia veterinária:** Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão. Patologia animal: Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; distúrbios do crescimento celular; sistema respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso, músculo-esquelético; fígado e ductos biliares. Ornitopatologia: Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotóxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola- MAPA; biossegurança em avicultura.
9. **Patologia clínica veterinária e Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:** Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.
10. **Medicina Veterinária do Coletivo:** saúde coletiva; medicina de abrigos; medicina veterinária forense.
11. **Oncologia:** epidemiologia, etiologia e biologia do câncer; estadiamento de diagnóstico clínico; cirurgia, cirurgia oncológica; quimioterapia antineoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidades oral e nasal, do sistema reprodutivo e urinário, ósseas e perianais; linfoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anestesiologia:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fantoni DT, Cortopassi SRG. Anestesia em Cães e Gatos. 2ª edição. São Paulo: Roca; 2010.
2. Grimm KA, Lamont LA, Tranquilli WJ, Greene SA, Robertson SA, editors. Lumb & Jones Veterinary Anesthesia and Analgesia. 5th edition. Iowa: Wiley Blackwell; 2015.
3. Muir WW, Hubell JAE. Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy. St Louis: Mosby Elsevier; 2009.

Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais:

1. Fossum TW. Small Animal Surgery. 4th edition. Missouri: Mosby Elsevier; 2012.
2. Johnson AI, Houlton JEF, Vannini RAO. Principles of fracture management in the dog and cat. Thieme, 2006.
3. Piermattei D, Flo GB. Piermattei and Flo's Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair. 4th edition. Missouri: Saunders Elsevier; 2006.
4. Tobias KM, Johnston SA. Veterinary Surgery Small Animal. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
5. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.
6. **Manual de Cirurgia de Pequenos Animais - 2 Vols.- 3ª edição**, St Louis: Elsevier; 2007.
7. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5ª edição. St Louis: Elsevier; 2014.
8. **Técnicas Cirúrgicas em Pequenos Animais - Laceda - 2ª edição-** St Louis: Elsevier; 2018.

Clínica Médica de Pequenos Animais:

1. Bonagura JD, Twedt DC. Kirk's Current Veterinary Therapy XV. 15ª edição. Philadelphia: Saunders; 2014.
2. Ettinger SJ, Feldman EC. Textbook of Veterinary Internal Medicine. 7ª edição. Philadelphia: Saunders; 2010.
3. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4ª edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.
4. Jericó MM, Neto JPA, Kogika MM. Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos. Rio de Janeiro: Roca; 2015.
5. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5ª edição. St Louis: Elsevier; 2014.
6. Tilley LP, Smith FWK, Oyama MA, Sleeper MM. Manual of Canine and Feline Cardiology. 5ª edição. Philadelphia: Saunders; 2015.

Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais:

1. Auer JA, Stick JA. Equine Surgery. 4th. Edition. St. Louis: Elsevier Saunders; 2012.
2. Fubini SL, Lawson S. Farm Animal Surgery. St Louis: Saunders; 2004.
3. Radostits OM, Gay CC, Blood DC, Hinchcliff KW. Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
4. Reed SM. Equine Internal Medicine. Saint Louis: Elsevier; 4th edition; 2018.
5. Riet-Correa F, et al. Doenças dos ruminantes e equídeos. 3ª edição. Vol.2. São Paulo: Editora Palloti; 2007.
6. Smith BP. Medicina Interna de Grandes Animais. 3ª edição. São Paulo: Manole Biomedicina; 2006.
7. Thomassian A. Enfermidades dos cavalos. 4ª edição. São Paulo: Varela; 2005.

Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Selvagens:

1. Cubas ZS, Silva JCR, Catão-Dias JL. Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária. 2ª Edição. São Paulo: Editora Roca; 2014.

Diagnóstico por Imagem:

1. Carvalho CF. Ultrassonografia em Pequenos Animais. 2ª edição. São Paulo: Gen Roca; 2014.
2. Penninck DP, D'Anjou MA. Atlas de ultrassonografia de Pequenos animais. São Paulo: Guanabara Koogan; 2011.
3. Trall DE. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. Tradução da 6th ed St Louis Missouri: Saunders: Elsevier; 2014.

Odontologia Veterinária:

1. Gorrel C. Odontologia em Pequenos Animais. São Paulo: Saunders Elsevier; 2010.
2. Holmstrom SE, Fitch PF, Eisner ER. Veterinary dental techniques for the small animal practitioner. 3rd edition. Philadelphia: Saunders; 1998.
3. Wiggs RB, Lobprise HB. Veterinary Dentistry – Principles & Practice. Philadelphia: Lippincott – Raven; 1997.

Oftalmologia Veterinária:

1. Peiffer R, Petersen-Jones S. Sm
2. all animal ophthalmology. A problem-oriented approach, 4th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2009.
3. Turner SM. Oftalmologia em pequenos animais - Série Clínica Veterinária na Prática. São Paulo: Saunders-Elsevier, 2010.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Oncologia Veterinária:

1. Withrow SJ, McEwen EG, Page RL (Eds). Withrow & MacEwen's Small Animal Clinical Oncology. 5th ed. St Louis: Saunders Elsevier, 2013.
2. De Nardi AB, Daleck CR. Oncologia em Cães e Gatos. 2ª ed, Roca, 2016

Ornitopatologia:

1. Macari M, Mendes AA, Menten JF, Naas IA. Produção de frangos de corte. 2a edição. São Paulo: Facta; 2014.
2. Brasil, 2003. Plano Nacional de Sanidade Avícola. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1_4.pdf/view
3. Swayne D. Diseases of poultry. 13th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
4. Swenson MJ, Reece WO (Eds.) Dukes, fisiologia dos animais domésticos. 11.ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

Patologia Veterinária:

1. Jones TC, Hunt RD, King NW. Patologia veterinária. 6a edição. São Paulo: Manole; 2000.
2. Jubb KVF, Kennedy PC, Palmer NC. Pathology of domestic animals. 5th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2007.
3. Slauson DO, Cooper BJ. Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology. 3rd edition. St Louis: Mosby;2002.
4. Zachary JF, McGavin MD. Bases da patologia veterinária. 5a edição. Rio de Janeiro: Saunders-Elsevier; 2013.

Patologia Clínica Veterinária:

1. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
2. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
3. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
4. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
5. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
6. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
7. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.

Patologia Clínica Veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:

1. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
2. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
3. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
4. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
5. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
6. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
7. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.
8. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.

Medicina Veterinária do Coletivo:

1. ASV. Association of Shelter Veterinarians. 2010. Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters. 67p. Disponível em: <http://www.sheltervet.org/assets/docs/shelter-standards-oct2011-wforward.pdf>
2. ICAM. International companion animal management. 2007. Guia de controle humanitário da população canina. 24p. Disponível em http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_Portuguese.pdf
3. Miller L, Zawistowski S. Shelter Medicine for Veterinarians and staff. 2nd edition. Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.CFMV. Resolução 722 - Código de Ética (2002) e Resolução 756 (2003).
4. Tostes RA, Reis STJ, Castilho VV. 2017. Tratado de Medicina Veterinária Legal. 1ed. Curitiba. Medvet. 400p.
5. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.